



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 01/2009

4

PROVA OBJETIVA – ANALISTA JUDICIÁRIO

Instruções:

1. Aguarde a autorização do Fiscal para abrir o caderno de provas e a folha da prova discursiva.
2. Confira seus dados no cartão-resposta e na folha da prova discursiva: nome, número de inscrição, cargo para o qual se inscreveu. Em caso de erro registrar os dados corretos na Ata de sala.
3. Assine seu cartão-resposta e a folha da prova discursiva.
4. Sua prova tem **70** questões, com quatro alternativas.
5. Ao receber a ordem do fiscal, confira o caderno de provas com muita atenção. Nenhuma reclamação sobre o total de questões ou falha de impressão será aceita depois de iniciar a prova.
6. Esferográfica (tinta azul ou preta), sem ultrapassar as bordas. As marcações duplas ou rasuradas ou marcadas diferente do modelo estabelecido no cartão-resposta serão anuladas.
7. O cartão-resposta e a folha da prova discursiva não serão substituídos, salvo se tiver erro de impressão.
8. O candidato só poderá se ausentar da sala de provas, depois de decorrida **1h30min** do início das mesmas, contudo não poderá levar consigo o caderno de provas.
9. O candidato somente poderá se retirar da sala de provas levando o caderno de provas no decurso dos últimos **60 minutos** anteriores ao horário previsto para o seu término.
10. As marcações duplas ou rasuradas serão anuladas.
11. Cabe apenas ao candidato a interpretação das questões, o fiscal não poderá fazer nenhuma interferência.
12. A duração da prova é de **4h** horas, incluindo o preenchimento do cartão-resposta e a realização da prova discursiva.
13. Ao terminar a prova, o candidato deverá entregar o cartão-resposta e a folha da prova discursiva, preenchidos e assinados, ao fiscal de sala.
14. Os **03** (três) últimos candidatos que realizarem a prova devem permanecer na sala para acompanhar o fechamento do envelope contendo os cartões-resposta e folha de redação dos candidatos presentes e ausentes. Esses candidatos deverão assinar a ata de sala atestando que o envelope foi devidamente lacrado.

BOA SORTE!

ANALISTA JUDICIÁRIO

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Julgue os itens abaixo e assinale a alternativa correta.

I – O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal Brasileira não tem força de norma constitucional devido a sua eficácia exaurida.

II – Constituição formal é o conjunto de normas pertinentes à organização do poder, à estrutura do Estado, à forma de governo, aos direitos e garantias fundamentais, ou seja, é o conjunto de normas cujo conteúdo se refira à composição e ao funcionamento da ordem política.

III – A Constituição Federal Brasileira de 1988 pode ser classificada como promulgada, rígida, instrumental, analítica e dogmática.

- a) Todos os itens estão corretos.
- b) Somente o item II está correto.
- c) Somente os itens II e III estão corretos.
- d) Somente o item III está correto.

2. Em análise aos princípios de interpretação das normas constitucionais, é INCORRETO afirmar que:

- a) O princípio da interpretação conforme a Constituição deverá ser utilizado para compatibilizar ao texto constitucional aquelas normas que possuem sentido unívoco.
- b) Em razão do princípio da eficiência deve ser atribuído a uma norma constitucional o sentido que lhe confira maior eficácia social.
- c) O princípio da unidade da Constituição estabelece que o intérprete deverá considerar o texto constitucional como um todo, um sistema unitário de regras e princípios, para evitar contradições.
- d) É inadmissível qualquer interpretação que venha alterar ou subverter a organização funcional constitucionalmente estabelecida pelo Constituinte Originário, em virtude do princípio da justeza.

3. Considere as proposições abaixo no que se refere ao controle de constitucionalidade das normas e, em seguida, aponte a assertiva correta.

I – A Constituição Federal estabelece os mesmos legitimados para propor a Ação Direta de Inconstitucionalidade e a Ação Declaratória de Constitucionalidade, dentre os quais se incluem os partidos políticos.

II – O controle prévio da constitucionalidade é realizado unicamente pelo Poder Legislativo.

III – O Supremo Tribunal Federal sumulou o entendimento de que viola a cláusula de reserva de plenário a decisão de órgão fracionário de Tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, afasta sua incidência, no todo ou em parte.

IV – O controle aberto ou pela via de exceção é realizado pelos juízos ou tribunais, com exceção do Supremo Tribunal Federal que é responsável exclusivamente pelo exercício do controle concentrado.

- a) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
- c) Somente a proposição III está correta.
- d) Somente a proposição IV está correta.

4. Analise as assertivas abaixo e assinale a que NÃO corresponda ao controle de constitucionalidade.

- a) As emendas constitucionais podem ser objeto de controle abstrato ou direto.

- b) As normas infraconstitucionais anteriores à vigência da atual Constituição Federal podem ser objeto de Ação Direta de Inconstitucionalidade ou de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.
- c) O Supremo Tribunal Federal entende que não se sujeitam ao controle concentrado de constitucionalidade as respostas emitidas pelo Tribunal Superior Eleitoral às consultas que lhe forem endereçadas, porquanto não possuem eficácia vinculativa aos demais órgãos do Poder Judiciário.
- d) O Supremo Tribunal Federal se posicionou no sentido de que as normas constitucionais produzidas pelo poder constituinte originário não podem ser objeto de controle concentrado ou difuso.

5. No que se refere à nacionalidade, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O Brasil, em regra, adota o *ius solis* como critério de atribuição da nacionalidade primária.
- b) A naturalização extraordinária pode ser concedida aos estrangeiros de qualquer nacionalidade que a requeiram, desde que residentes no Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal.
- c) O cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal é privativo de brasileiro nato.
- d) É considerado brasileiro nato o nascido em país estrangeiro, de mãe brasileira que não esteja a serviço do Brasil, caso seja registrado em repartição brasileira competente, o que se denomina nacionalidade potestativa.

6. Julgue verdadeiro ou falso para as proposições relacionadas à privação dos direitos políticos na Constituição Federal.

I – Constitui hipótese de suspensão dos direitos políticos o cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado. ()

II – A incapacidade civil relativa é uma das hipóteses de suspensão dos direitos políticos. ()

III – O brasileiro que adquire outra nacionalidade perderá os seus direitos políticos, com exceção dos casos de reconhecimento da nacionalidade originária pela lei estrangeira, ou ainda, imposição de naturalização, pela lei estrangeira, ao brasileiro residente em Estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis. ()

IV – A Carta Constitucional de 1988 permite a cassação dos direitos políticos, que se dá por meio da sua perda ou suspensão. ()

Agora, assinale a alternativa que corresponde, respectivamente, ao julgamento CORRETO das proposições acima:

- a) F, F, V, F.
- b) V, V, F, V.
- c) F, V, F, V.
- d) V, V, V, F.

7. Analise os itens abaixo e, em seguida, aponte a alternativa pertinente.

I – A Câmara dos Deputados é composta por representantes dos Estados e Distrito Federal, que são eleitos pelo sistema proporcional.

II – Os Poderes Legislativos estadual e municipal são unicamerais.

III – Para cada Assembléia Legislativa, o número de Deputados Estaduais corresponderá ao triplo da representação do respectivo Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de trinta e seis, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze.

IV – O Deputado Federal que for investido no cargo de Prefeito de Capital perderá o seu mandato.

V – Cada Estado e Distrito Federal elegerá três Senadores, com mandato de oito anos, sendo que a representação será renovada, a cada quatro anos, por dois terços.

- a) Somente os itens I, IV e V são falsos.

- b) Somente os itens I, II, III, IV são verdadeiros.
- c) Somente os itens IV e V são falsos.
- d) Todos os itens são verdadeiros.

8. Aponte a alternativa correta.

- a) De acordo com a Emenda Constitucional nº 45/2004, todos os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos passaram a ter natureza de norma constitucional.
- b) A revisão ou cancelamento de súmula vinculante somente poderá ser realizada de ofício pelo Supremo Tribunal Federal ou por provocação do Procurador-Geral da República ou dos Presidentes dos Tribunais Superiores.
- c) A impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados depende de autorização destes.
- d) O mandado de segurança coletivo poderá ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional, desde que, na defesa de seus interesses legítimos relativos a seus integrantes ou à finalidade partidária.

DIREITO ADMINISTRATIVO

9. Quanto à natureza dos órgãos públicos, a afirmação “o órgão é um conjunto de atribuições, sendo dissociado de seus agentes públicos” refere-se à:

- a) Teoria subjetiva.
- b) Teoria objetiva.
- c) Teoria eclética.
- d) Teoria do órgão.

10. No desempenho de suas atribuições, os servidores públicos deverão pautar-se pelos princípios da honestidade e da moralidade. Assinale a alternativa que traduza essas condutas.

- a) Dever de probidade.
- b) Dever de lealdade.
- c) Dever de prestação de contas.
- d) Dever de eficiência.

11. Acerca dos poderes e deveres do administrador público, analise os itens abaixo e assinale a alternativa correta:

I – Os excessos e os desvios de poder ocorrem quando o agente atua afastando-se do interesse público norteador de seu ato;

II – O controle judicial dos poderes administrativos não se afigura tão somente nos atos de natureza vinculada, podendo recair sobre aqueles discricionários;

III – Atentando-se aos interesses coletivos, podemos afirmar que o controle judicial poderá recair sobre a avaliação da conveniência e oportunidade dos atos do administrador.

- a) Todos os itens estão incorretos.
- b) Apenas os itens I e II estão corretos.
- c) Apenas os itens II e III estão corretos.
- d) Apenas os itens I e III estão incorretos.

12. A ratificação, a reforma e a conversão são formas em que podemos verificar:

- a) O desfazimento volitivo do ato administrativo.
- b) O critério da retratabilidade do ato administrativo.
- c) A convalidação do ato administrativo.
- d) A exteriorização do ato administrativo.

13. Dentre os motivos constituídos para a rescisão do contrato administrativo, assinale a alternativa que não se harmoniza com os dispositivos da Lei Federal n. 8.666/93.

- a) O atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento.
- b) A subcontratação total ou parcial do seu objeto.
- c) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, e ainda, especificações, projetos e prazos.
- d) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil.

14. Acerca da Responsabilidade Civil do Estado, assinale a alternativa incorreta.

- a) São meios para reivindicar a reparação do dano ao patrimônio do lesado, o administrativo e o judicial.
- b) O atual Código Civil alterou a prescrição quinquenal da pretensão de terceiros particulares para a reparação civil do dano causado por pessoas públicas ou privadas prestadoras de serviços públicos, passando-a ao cômputo trienal.
- c) São pressupostos da responsabilidade objetiva a ocorrência do fato administrativo (conduta comissiva ou omissiva), o dano e o nexo causal.
- d) A Constituição Federal estabelece a responsabilidade objetiva do Estado e de seu agente estatal.

15. A Lei Federal n. 8.429, de 02 de junho de 1992 - que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional - estabelece em seus dispositivos que:

- a) Os atos de improbidade administrativa são divididos na lei federal em duas classes: aqueles que importam em enriquecimento ilícito e aqueles que causam prejuízo ao Erário.
- b) Será punido com a pena de exoneração, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, o agente público que se recusar a prestar declaração dos bens, dentro do prazo determinado, ou que a prestar falsa.
- c) Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário, incorporar, por qualquer forma, ao seu patrimônio bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- d) Não será permitida a transação, acordo ou conciliação na ação principal, sendo esta proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, sob o rito ordinário, no prazo de 30 (trinta) dias da efetivação da medida cautelar de sequestro dos bens.

16. A Lei Federal n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, ao traçar orientações acerca do processo disciplinar, estabelece que:

- a) O prazo para a conclusão do processo disciplinar não excederá 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.
- b) A comissão dedicará tempo integral aos seus trabalhos, ficando seus membros dispensados do ponto, até a entrega do relatório final.
- c) O processo disciplinar desenvolve as seguintes fases: instauração, instrução e julgamento.
- d) Em obediência aos princípios da publicidade e da transparência, as reuniões e as audiências das comissões não terão caráter reservado.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

17. Em se tratando da formação, da suspensão e da extinção do processo, podemos afirmar que:

- a) O processo será extinto, sem resolução de mérito, no caso de morte de uma das partes.
- b) A alteração do pedido ou da causa de pedir, após o saneamento do processo, se dará mediante consentimento do réu, mantendo-se as mesmas partes, salvo as substituições permitidas por lei.
- c) O processo poderá ser suspenso pela convenção dar partes, não excedendo a 1 (um) ano; findo este prazo, o juiz ordenará o prosseguimento do processo.

d) No caso de morte do procurador do réu, o juiz determinará a suspensão do processo e marcará o prazo de 20 (vinte) dias ao réu para que constitua novo mandatário, sob pena de prosseguimento do processo à sua revelia.

18. Analisando os textos abaixo sobre a coisa julgada material, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Não incidirá em coisa julgada material os motivos que levaram o juiz a decidir.
- b) As decisões proferidas em processo cautelar não farão coisa julgada em relação ao processo principal.
- c) Não se produzirá coisa julgada material nas decisões de jurisdição voluntária, pois esta poderá ser modificada, sem prejuízo dos efeitos já produzidos, se ocorrerem circunstâncias supervenientes.
- d) As sentenças que extinguem o processo sem decidir o mérito afastam a incidência da coisa julgada material.

19. Acerca dos efeitos da revelia, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Verificando-se a ocorrência da revelia, em regra, estará o autor desobrigado de provar os fatos constitutivos de seu direito.
- b) Os efeitos da revelia não ocorrerão se os fatos alegados pelo autor versar sobre direitos indisponíveis.
- c) Caso o réu injustificadamente não compareça à audiência, deverá o juiz proferir desde logo a sentença, reputando como verdadeiros os fatos alegados na petição inicial.
- d) Não ocorrerão os efeitos da revelia se, havendo pluralidade de réus, algum deles contestar a ação.

20. Analise os itens abaixo e assinale a alternativa correta:

I – Conforme o recurso interposto, os pressupostos de admissibilidade serão verificados tanto pelo juízo *a quo*, quanto pelo juízo *ad quem*.

II – O juízo de admissibilidade dos recursos cinge-se à verificação das condições da ação e os pressupostos processuais, para, somente após, proferir o juízo de mérito, posicionando-se pelo provimento ou não do recurso interposto.

III – Conforme o princípio da taxatividade, as disposições legais que criam os recursos poderão ser interpretadas analogicamente.

- a) Todos os itens estão incorretos.
- b) Apenas os itens I e II estão corretos.
- c) Apenas os itens II e III estão incorretos.
- d) Apenas os itens I e III estão incorretos.

21. Consoante a definição, “... ocorre quando o ato a ser praticado pela parte é realizado no prazo legal, não podendo, neste caso, ser repetido”, refere-se à definição de:

- a) Preclusão lógica.
- b) Preclusão temporal.
- c) Preclusão consumativa.
- d) Preclusão *pro judicato*.

DIREITO CIVIL

22. Analise os itens abaixo e assinale a alternativa correta.

I – A Lei de Introdução ao Código Civil não adotou o princípio da vigência sincrônica, segundo o qual a lei entrará em vigor a um só tempo em todo o país.

II – Não se aplicará o critério *lei especial revoga a geral*, caso se constate a coexistência pacífica e compatibilidade entre ambas as normas.

III – Sendo o caso de aplicação de lei alienígena, deverá ser averiguada, para tanto, se não incidirá em ofensa à soberania nacional, à ordem pública ou aos bons costumes.

- a) Apenas os itens I e II estão corretos.

- b) Apenas os itens II e III estão corretos.
- c) Apenas os itens I e III estão incorretos.
- d) Todos os itens estão corretos.

23. Quanto ao tema Negócios Jurídicos, podemos afirmar que:

- a) As declarações de vontade não-receptícias são as que se realizam com a manifestação do agente, dirigidas a um destinatário especial.
- b) São requisitos de validade do negócio jurídico: a manifestação de vontade, a finalidade negocial e a idoneidade do objeto. Tais requisitos deverão estar presentes simultaneamente, sendo que a falta de um deles, prejudicará o negócio jurídico.
- c) Na invalidade do negócio jurídico, observamos hipóteses que ensejam a anulabilidade e outras que levam à nulidade do negócio realizado. Quanto ao negócio jurídico nulo, o Código Civil, desde que atendidos os requisitos para tanto, permite a sua conversão em outro negócio jurídico.
- d) Admite-se a reserva mental, sem prejuízo da manifestação da vontade, desde que daquela tinha conhecimento o outro contratante ou declaratário.

24. Analise os itens abaixo e assinale a alternativa correta.

I – O atual Código Civil exige, para a renúncia prévia da prescrição, que tal fato não traga prejuízo a terceiros, podendo ser expressa ou tácita.

II – Não se admite pretensões imprescritíveis, pois o Código Civil, em seu artigo 205 estipula que *a prescrição ocorre em dez anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.*

III – São causas que interrompem a prescrição, dentre outras: o protesto cambial, a pendência de condição suspensiva e qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor.

- a) Todos os itens estão corretos.
- b) Todos os itens estão incorretos.
- c) Apenas os itens I e II estão incorretos.
- d) Apenas os itens II e III estão corretos.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

25. A ação penal é a prerrogativa de pedir ao Estado - Juiz a aplicação das normas de direito penal ao caso concreto. A respeito da ação penal podemos afirmar, exceto:

- a) A ação penal pode ser conceituada como o direito público subjetivo de pleitear ao Estado-Juiz a aplicação do direito penal objetivo ao caso concreto.
- b) Na falta de quaisquer das condições da ação penal pública, o juiz poderá rejeitar liminarmente a peça inicial.
- c) Na ação penal pública condicionada à representação a legitimidade *ad causam*, no pólo ativo, em regra, cabe ao ofendido ou seu representante legal.
- d) A ação penal não poderá ser iniciada sem novas provas quando o inquérito policial for arquivado por despacho do juiz, a requerimento do Ministério Público, em virtude de falta de provas.

26. Tendo em vista as disposições abaixo, assinale a afirmativa correta relacionada à ação penal pública:

- a) A ação penal pública condicionada é iniciada por meio de representação do ofendido ou seu representante legal, ou requisição do Ministro da Justiça.
- b) Na ação penal pública incondicionada, a atuação do Ministério Público também depende da vontade do ofendido ou seu representante legal.
- c) No caso de ação penal pública condicionada, a representação será irretratável após o recebimento da denúncia pelo juiz.
- d) A manifestação do ofendido ou seu representante legal, no sentido de demonstrar seu interesse em ver apurado o crime praticado e autorizar a persecução estatal, constitui condição objetiva de procedibilidade da ação penal pública condicionada à representação.

27. Julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a alternativa correta:

I - A denúncia é considerada a peça acusatória da ação penal pública, e sempre deverá apresentar a qualificação do acusado e a classificação do crime.

II - O Código de Processo Penal estabelece expressamente como uma das causas para rejeição da denúncia a falta de justa causa para o exercício da ação penal.

III - A competência será determinada pela conexão quando duas ou mais pessoas forem acusadas pela mesma infração.

IV - A conexão e a competência sempre importarão unidade de processo, sendo que, para os casos excepcionados pelo Código de Processo Penal, não ocorrerá a unidade de julgamento.

- a) Todos os itens estão incorretos.
- b) Somente os itens II e IV estão corretos
- c) Somente os itens III e IV estão incorretos.
- d) Somente o item II está correto.

28. Dentre as alternativas abaixo, aponte aquela que apresenta uma proposição INCORRETA.

a) Após o relaxamento da prisão em flagrante por falta de formalidade essencial no auto de prisão, caso o juiz verifique a necessidade de assegurar a aplicação da lei penal, havendo prova da existência de crime doloso punido com reclusão e indício suficiente de autoria, poderá, novamente, restabelecer essa prisão em flagrante.

b) Considera-se em flagrante presumido quem é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.

c) Nos casos em que couber fiança, o juiz, verificando ser impossível ao réu prestá-la, por motivo de pobreza, poderá conceder-lhe a liberdade provisória, sujeitando-o às obrigações previstas no Código de Processo Penal.

d) Na sentença condenatória o juiz decidirá, fundamentadamente, sobre a manutenção ou, se for o caso, imposição de prisão preventiva ou de outra medida cautelar, sem prejuízo do conhecimento da apelação que vier a ser interposta.

29. Analise as proposições abaixo, e em seguida, assinale a alternativa correta.

I - No caso em que o réu se oculta para não ser citado, a citação far-se-á por edital.

II - Em todos os casos em que não for encontrado o acusado, será procedida a citação por edital.

III - A concessão do *habeas corpus* não obstará, nem porá termo ao processo, desde que este não esteja em conflito com os fundamentos da decisão.

IV - Nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a 1 (um) ano, presentes os requisitos previstos no artigo 89, da Lei 9.099/95, e aceita a proposta pelo acusado, o juiz poderá, ao invés de receber a denúncia, suspender o processo por 2(dois) a 4 (quatro) anos, submetendo o acusado às condições previstas na citada legislação.

- a) Todas as proposições estão corretas.
- b) Somente as proposições I, II e III estão corretas.
- c) Somente as proposições II e III estão corretas.
- d) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.

DIREITO PENAL

30. De acordo com os dispositivos do Código Penal que tratam dos Crimes contra a Administração Pública, analise atentamente e correlacione os quadros abaixo, assinalando a alternativa correta.

I - Praticar ato de ofício contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse pessoal.

II - Deixar o funcionário, por indulgência, de levar ao conhecimento da autoridade competente, quando lhe falte competência, infração cometida por subordinado no exercício do cargo.

III – Receber dinheiro, ou qualquer outra utilidade, a pretexto de influir em funcionário de justiça.

IV – Apropriar-se o funcionário público de valor de que tenha posse em razão do cargo, em proveito próprio.

V – Prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a omitir ato de ofício.

VI – Exigir para si, direta ou indiretamente, em razão de sua função, vantagem indevida.

1 – Exploração de prestígio.

2 – Peculato.

3 – Concussão.

4 – Prevaricação.

5 – Corrupção ativa.

6 – Condescendência criminosa.

a) I-3, II-1, III-5, IV-2, V-6 e VI-4.

b) I-4, II-1, III-3, IV-2, V-6, e VI-5.

c) I-4, II-6, III-1, IV-2, V-5 e VI-3

d) I-5, II-6, III-3, IV-2, V-1 e VI-4.

31. Analise os itens abaixo e assinale a alternativa correta.

I – Dentre as diferenças entre arrependimento eficaz e a desistência voluntária verifica-se que aquele, se dá na fase da execução do crime, ao passo que esta, ocorrerá após o encerramento da execução, mas antes da produção do resultado.

II – A falta de espontaneidade do agente não elide o arrependimento eficaz e tampouco a desistência voluntária.

III – O arrependimento posterior se aplica aos crimes praticados sem violência ou grave ameaça, enquanto que o arrependimento eficaz, além desses crimes, aplica-se também naqueles cometidos com violência ou grave ameaça.

a) Apenas o item I está correto.

b) Apenas os itens I e II estão corretos.

c) Apenas os itens I e III estão incorretos.

d) Apenas os itens II e III estão corretos.

32. O Código Penal, quanto ao crime tentado, não visa à punição da intenção do agente, mas o efetivo percurso do *iter criminis*. Dessa maneira, o nosso ordenamento adotou:

a) A teoria subjetiva.

b) A teoria realística.

c) A teoria causal.

d) A teoria lógico-causal.

REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

33. Julgue verdadeiro ou falso para as proposições relacionadas ao Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina:

I – O cônjuge, o companheiro ou o parente consanguíneo ou afim, até o segundo grau, de candidato a cargo eletivo municipal estará impedido de servir como Juiz no Tribunal, desde a escolha do candidato em convenção partidária até a apuração final da eleição. ()

II – O Tribunal delibera por maioria de votos, com a presença mínima de quatro de seus Juízes, além do Presidente, salvo nos casos expressos na legislação e neste Regimento. ()

III – O Vice-Presidente do Tribunal exerce seu mandato pelo período de 1(um) ano, e lhe cabe, cumulativamente, a Corregedoria Regional Eleitoral.()

IV – Compete ao Presidente do Tribunal assinar os diplomas dos eleitos para os cargos de governador, vice-governador e membros do Congresso Nacional e da Assembléia Legislativa.
()

Agora, aponte a assertiva que apresenta, respectivamente, o julgamento correto das proposições:

- a) F, V, F, F.
- b) F, V, V, V.
- c) V, V, F, F.
- d) V, V, V, V.

34. Assinale a alternativa que corresponde às disposições contidas na Resolução nº 7.357, de 17 de dezembro de 2003.

- a) Em caso de autos restaurados haverá necessidade de uma nova distribuição.
- b) Em regra, o prazo previsto no Regimento Interno para que o Relator examine o processo e redija seu relatório será de 15 (quinze) dias, devendo justificar a demora sempre que ultrapassado o prazo.
- c) Os documentos apresentados diretamente ao Presidente ou ao Relator, depois de proferido o despacho, dispensam o protocolo.
- d) Nas sessões administrativas, o Diretor-Geral da Secretaria servirá como Secretário, mas a ata circunstanciada dos trabalhos será lavrada pelo Coordenador do Gabinete da Presidência.

35. No tocante à classificação dos processos no Tribunal Regional Eleitoral podemos afirmar, exceto:

- a) A classe Ação Rescisória – AR – é cabível em matéria eleitoral e não-eleitoral, aplicando-se a ela a legislação processual civil.
- b) A classe Instrução – Inst – compreende a regulamentação da legislação eleitoral e partidária, inclusive as instruções previstas no art. 8º, da Lei n. 9.709/1998, e os projetos de resoluções administrativas.
- c) Na classe Petição – Pet –, são incluídos os expedientes que não tenham classificação específica, nem sejam acessórios ou incidentes.
- d) A classe do processo não será alterada pela interposição de Agravo Regimental (AgR) e de Embargos de Declaração (ED).

DIREITO ELEITORAL

36. Analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa CORRETA.

I. Os inalistáveis e os analfabetos são inelegíveis para qualquer cargo.

II. O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos poderão ser reeleitos para vários períodos subsequentes.

III. Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem se licenciar dos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

IV. São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou do Distrito Federal e de Prefeito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

- a) Todas as assertivas são verdadeiras.
- b) As assertivas número I e IV são verdadeiras.
- c) Somente a assertiva I é verdadeira.
- d) As assertivas de números II e III são verdadeiras.

37. Sobre inelegibilidade, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) São inelegíveis para qualquer cargo os que tiverem suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável e por decisão irrecorrível do órgão

competente, salvo se a questão houver sido ou estiver sendo submetida à apreciação do Poder Judiciário, para as eleições que se realizarem nos cinco anos seguintes, contados a partir da data da decisão.

b) São inelegíveis para qualquer cargo os que forem declarados indignos do oficialato, ou com ele incompatíveis, pelo prazo de três anos.

c) São inelegíveis para qualquer cargo os que forem condenados criminalmente, com sentença transitada em julgado, pela prática de crime contra a economia popular, a fé pública, a administração pública, o patrimônio público, o mercado financeiro, pelo tráfico de entorpecentes e por crimes eleitorais, pelo prazo de três anos, após o cumprimento da pena.

d) São inelegíveis os magistrados que não se afastarem definitivamente de suas funções até quatro meses antes das eleições para os cargos de prefeito e vice-prefeito e até seis meses antes das eleições para os demais cargos.

38. Analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa CORRETA.

I. O Tribunal Superior Eleitoral é composto por sete juízes: cinco eleitos, mediante voto secreto, sendo três dentre os ministros do Supremo Tribunal Federal e dois dentre os ministros do Superior Tribunal de Justiça; e dois nomeados pelo Presidente da República, dentre seis advogados, de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Supremo Tribunal Federal.

II. Salvo disposições específicas em contrário, as reclamações ou representações relativas ao descumprimento da Lei nº 9.504/97, devem dirigir-se aos Juízes Eleitorais, nas eleições municipais; aos Tribunais Regionais Eleitorais, nas eleições federais, estaduais e distritais; ao Tribunal Superior Eleitoral, na eleição presidencial.

III. Elegibilidade é o direito de o cidadão pleitear mandatos políticos, desde que preenchidos requisitos constitucionais e legais. Em outras palavras, é o direito subjetivo público de ser votado e que corresponde à capacidade eleitoral passiva. Já a inelegibilidade é a ausência de aptidão para postular mandato político. Em outras palavras, é o impedimento à capacidade eleitoral passiva, ou seja, da condição de ser candidato e, por consequência, de ser votado.

IV. As inelegibilidades podem decorrer diretamente da Constituição Federal ou de leis ordinárias.

a) As assertivas número I e IV são verdadeiras.

b) Todas as assertivas são verdadeiras.

c) Somente as assertivas de números II e III são verdadeiras.

d) As assertivas número I, II e III são verdadeiras.

39. Considerando o disposto no art. 10 da Lei nº 9.504/97 abaixo transcrito e a representação do estado como 16 na Câmara dos Deputados e como 40 na Assembléia Legislativa, assinale a alternativa que corresponda ao número máximo de candidatos que uma coligação pode apresentar para a eleição de deputado estadual em Santa Catarina.

“Art. 10. Cada partido poderá registrar candidatos para a Câmara dos Deputados, Câmara Legislativa, Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais, até cento e cinquenta por cento do número de lugares a preencher.

§ 1º No caso de coligação para as eleições proporcionais, independentemente do número de partidos que a integrem, poderão ser registrados candidatos até o dobro do número de lugares a preencher.

§ 2º Nas unidades da Federação em que o número de lugares a preencher para a Câmara dos Deputados não exceder de vinte, cada partido poderá registrar candidatos a Deputado Federal e a Deputado Estadual ou Distrital até o dobro das respectivas vagas; havendo coligação, estes números poderão ser acrescidos de até mais cinquenta por cento.”

a) 120 candidatos.

b) 60 candidatos.

c) 32 candidatos.

d) 80 candidatos.

40. Sobre recursos eleitorais, analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa CORRETA.

I. Os recursos eleitorais não terão efeito suspensivo, à exceção do recurso contra a expedição de diploma e daqueles em que for declarada a inelegibilidade, devendo ser interpostos em três dias, contados da publicação, sempre que a lei não fixar prazo especial.

II. Dos atos, resoluções ou despachos dos juízes ou juntas eleitorais caberá recurso para o Tribunal Regional.

III. São irrecorríveis as decisões do Tribunal Superior Eleitoral, salvo as que contrariarem a Constituição Federal e as denegatórias de "habeas-corpus" ou mandado de segurança.

IV. São admissíveis embargos de declaração na seara eleitoral quando há no acórdão obscuridade, dúvida ou contradição ou quando for omitido ponto sobre que devia pronunciarse o Tribunal, bem como agravo de instrumento, na hipótese de denegação de recurso especial.

a) Somente as assertivas número I e IV são verdadeiras.

b) Todas as assertivas são verdadeiras.

c) Somente as assertivas número II e III são verdadeiras.

d) Somente as assertivas número I, II e III são verdadeiras.

41. Sobre disposições penais eleitorais, analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa CORRETA.

I. Sempre que o Código Eleitoral não indicar o grau mínimo, entende-se que será ele de quinze dias para a pena de detenção e de seis meses para a de reclusão.

II. Quando a lei determina a agravação ou atenuação da pena sem mencionar o "quantum", deve o juiz fixá-lo entre um quinto e um terço, guardados os limites da pena cominada ao crime.

III. As infrações penais eleitorais são de ação pública, respondendo os acusados pela prática do crime perante o juiz da zona eleitoral onde se verificou a infração, à exceção daqueles que detêm foro especial por prerrogativa de função. Porém, excepcionalmente, desde que decorrido o prazo legal sem que o ministério público eleitoral tenha oferecido a denúncia, admite-se a propositura da ação penal privada subsidiária.

IV. Das decisões finais de condenação ou absolvição proferidas pelo juiz da zona eleitoral cabe recurso para o Tribunal Regional, a ser interposto no prazo de dez dias.

a) Todas as assertivas são verdadeiras.

b) Somente as assertivas número II e IV são verdadeiras.

c) Somente as assertivas número II e III são verdadeiras.

d) As assertivas número II, III e IV são verdadeiras.

42. Analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa CORRETA.

I. Os eleitores nomeados para compor as Mesas Receptoras ou Juntas Eleitorais e os requisitados para auxiliar seus trabalhos serão dispensados do serviço, mediante declaração expedida pela Justiça Eleitoral, sem prejuízo do salário, vencimento ou qualquer outra vantagem, pelo triplo dos dias de convocação.

II. Os mesários serão nomeados pelo Tribunal Regional Eleitoral, sessenta dias antes das eleições, de preferência entre os eleitores da própria seção, e, dentre estes, os diplomados em escola superior, os professores e os serventuários da Justiça.

III. Não podem ser nomeados presidentes e mesários: os candidatos e seus parentes ainda que por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, e bem assim o cônjuge; os membros de diretórios de partidos desde que exerçam função executiva; as autoridades e agentes policiais, bem como os funcionários no desempenho de cargos de confiança do Executivo; os que pertencerem ao serviço eleitoral e os menores de dezoito anos.

IV. Cada partido ou coligação poderá nomear dois delegados em cada município e dois fiscais junto a cada mesa receptora de votos, funcionando um de cada vez, sendo permitida a nomeação, quando o município abranger mais de uma zona eleitoral, de dois delegados junto a cada uma delas.

- a) Somente a assertiva número IV é verdadeira.
- b) Nenhuma das assertivas é verdadeira.
- c) Somente as assertivas número II e IV são verdadeiras.
- d) As assertivas número II, III e IV são verdadeiras.

43. Analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa CORRETA.

I. No ano em que se realizarem as eleições, a convenção partidária para escolha dos candidatos e a deliberação sobre coligações será feita no período de 10 a 30 de junho, devendo os partidos e coligações solicitar o registro de seus candidatos até as dezenove horas do dia 5 de julho.

II. Para concorrer a cargo eletivo, o eleitor deverá possuir domicílio eleitoral na respectiva circunscrição, no mínimo, um ano antes do pleito, bem como estar filiado a partido político, pelo menos um ano antes da data da eleição, desde que o estatuto partidário não estabeleça prazo superior.

III. Somente partido político, coligação e ministério público possuem legitimidade para impugnar o pedido de registro de candidatura.

IV. No Tribunal Superior Eleitoral são processados e julgados originariamente os pedidos de registro de candidatura para presidente e vice-presidente da República; nos Juízos Eleitorais, os cargos de prefeito, vice-prefeito e vereador e, nos Tribunais Regionais Eleitorais, os demais cargos.

- a) Todas as assertivas são verdadeiras.
- b) Somente as assertivas número II e IV são verdadeiras.
- c) As assertivas número I, II e IV são verdadeiras.
- d) As assertivas número II, III e IV são verdadeiras.

44. Analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa CORRETA.

I. Nos bens públicos é vedada a veiculação de propaganda de qualquer natureza, salvo nas dependências do Poder Legislativo, quando autorizada pela mesa diretora.

II. A veiculação de propaganda eleitoral pela distribuição de folhetos, volantes e outros impressos, os quais devem ser editados sob a responsabilidade do partido, coligação ou candidato, depende da obtenção de licença municipal e de autorização da Justiça Eleitoral.

III. O funcionamento de alto-falantes ou amplificadores de som, ressalvada a hipótese de realização de comícios e utilização de aparelhagem de sonorização fixa no horário compreendido entre 8 e 24 horas, somente é permitido entre 8 e 22 horas, sendo vedados a instalação e o uso daqueles equipamentos em distância inferior a 200 metros: das sedes dos Poderes Executivo e Legislativo, das sedes dos Tribunais Judiciais, e dos quartéis e outros estabelecimentos militares; dos hospitais e casas de saúde; das escolas, bibliotecas públicas, igrejas e teatros, quando em funcionamento.

IV. A propaganda eleitoral na imprensa escrita é permitida, na forma disciplinada pela Lei das Eleições, e a mediante “outdoors” é vedada. No rádio e na televisão, restringe-se ao horário gratuito durante os 45 dias anteriores à antevéspera das eleições, sendo vedada a veiculação de propaganda paga.

- a) Todas as assertivas são verdadeiras.
- b) Somente as assertivas número II e IV são verdadeiras.
- c) As assertivas número I, II e IV são verdadeiras.
- d) As assertiva número I, III e IV são verdadeiras.

45. Sobre arrecadação de recursos para campanha eleitoral e prestação de contas, analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa CORRETA.

I. Os partidos e os candidatos estão obrigados a abrir conta bancária específica para registrar todo o movimento financeiro da campanha, exceto nos casos de candidatura para prefeito e vereador em municípios com menos de vinte mil eleitores.

II. As doações ficam limitadas, no caso de pessoa física, a dois por cento dos rendimentos brutos auferidos no ano anterior à eleição; no caso em que o candidato utilize recursos próprios, ao valor máximo de gastos estabelecido pelo seu partido; no caso de pessoa jurídica, a dez por cento do faturamento bruto do ano anterior à eleição.

III. As prestações de contas dos candidatos às eleições majoritárias serão feitas por intermédio do comitê financeiro e dos candidatos às eleições proporcionais pelo comitê financeiro ou pelo próprio candidato, devendo ser encaminhadas à Justiça Eleitoral, até o trigésimo dia posterior à realização das eleições, salvo na hipótese de segundo turno, para os candidatos que o disputem.

IV. Dentre outros, é vedado a partido e candidato receber doação procedente de entidade ou governo estrangeiro, concessionário ou permissionário de serviço público, entidade de utilidade pública, entidade de classe ou sindical, entidades beneficentes e religiosas, organizações não-governamentais que recebam recursos públicos e organizações da sociedade civil de interesse público.

- a) As assertivas número I, II e III são verdadeiras.
- b) Somente as assertivas número I e II são verdadeiras.
- c) Somente as assertivas número III e IV são verdadeiras.
- d) As assertivas número I, III e IV são verdadeiras.

46. Analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa CORRETA.

I. Poderá participar das eleições o partido que, até um ano antes do pleito, tenha registrado seu estatuto no Tribunal Superior Eleitoral, e tenha, até a data da convenção, órgão de direção constituído na circunscrição.

II. É facultado aos partidos políticos, dentro da mesma circunscrição, celebrar coligações para eleição majoritária, proporcional, ou para ambas, podendo, neste último caso, formar-se mais de uma coligação para a eleição proporcional dentre os partidos que integram a coligação para o pleito majoritário.

III. As normas para a escolha e substituição dos candidatos e para a formação de coligações serão estabelecidas no estatuto do partido, observadas as disposições da Lei das Eleições, cabendo aos órgãos de direção nacional, estadual e municipal do partido, no caso de omissão do estatuto, estabelecê-las, publicando-as no Diário Oficial da União até 90 dias antes das eleições.

IV. Dentre outras, compete ao Tribunal Superior Eleitoral responder, sobre matéria eleitoral, às consultas que lhe forem feitas em tese por autoridade com jurisdição federal ou órgão nacional de partido político; aos Tribunais Regionais Eleitorais, constituir as juntas eleitorais; aos juízes eleitorais, designar os locais das seções; às Juntas Eleitorais, expedir diploma aos eleitos para cargos municipais.

- a) As assertivas número I, II e IV são verdadeiras.
- b) Somente as assertivas número I e II são verdadeiras.
- c) Somente as assertivas número III e IV são verdadeiras.
- d) As assertivas número I, III e IV são verdadeiras.

47. Analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa CORRETA.

I. O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral, no prazo decadencial de quinze dias, contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude, devendo a ação tramitar em segredo de justiça.

II. O Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina é composto por sete juízes: quatro eleitos pelo Tribunal de Justiça, mediante voto secreto, sendo dois dentre seus desembargadores e dois dentre juízes de direito; dois nomeados pelo Presidente da República, dentre seis advogados, de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Tribunal de Justiça; e um juiz federal, escolhido pelo Tribunal Regional Federal com jurisdição sobre o estado.

III. Das decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais somente caberá recurso quando forem proferidas contra disposição expressa desta Constituição ou de lei; ocorrer divergência na interpretação de lei entre dois ou mais tribunais eleitorais; versarem sobre inelegibilidade ou expedição de diplomas nas eleições federais, estaduais ou municipais; anularem diplomas ou decretarem a perda de mandatos eletivos federais, estaduais ou municipais; denegarem "habeas-corpus", mandado de segurança, "habeas-data" ou mandado de injunção.

IV. O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de dezoito anos e facultativos para os analfabetos, os maiores de setenta anos e os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos, estando impedidos de se alistar, os estrangeiros e os conscritos.

- a) As assertivas número I, II e III são verdadeiras.
- b) As assertivas número I, II e IV são verdadeiras.
- c) Todas as assertivas são verdadeiras.
- d) Somente as assertivas número I e II são verdadeiras.

48. Analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa CORRETA.

I. O Fundo Partidário é constituído por multas e penalidades pecuniárias aplicadas nos termos do Código Eleitoral e leis conexas, recursos financeiros que lhe forem destinados por lei, em caráter permanente ou eventual, doações de pessoa física ou jurídica, efetuadas por intermédio de depósitos bancários diretamente na conta do Fundo Partidário e por dotações orçamentárias da União.

II. A propaganda eleitoral gratuita no rádio e televisão será realizada entre 19 horas e 30 minutos e 22 horas para, com exclusividade, difundir os programas partidários; transmitir mensagens aos filiados sobre a execução do programa partidário, dos eventos com este relacionados e das atividades congressuais do partido; divulgar a posição do partido em relação a temas político-comunitários.

III. As emissoras de rádio e televisão, por serem concessionárias ou permissionárias de serviço público, não terão direito à compensação fiscal pela cedência do horário gratuito previsto na Lei nº 9.096/95.

IV. Ao partido político, pessoa jurídica de direito privado, é assegurada autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações eleitorais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária.

- a) As assertivas número II, III e IV são verdadeiras.
- b) As assertivas número I, II e III são verdadeiras.
- c) Somente as assertivas número I e IV são verdadeiras.
- d) As assertivas número I, III e IV são verdadeiras.

49. Sobre estatuto, fidelidade e disciplina partidária, analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa CORRETA.

I. O Estatuto do partido deve conter, entre outras, normas sobre filiação e desligamento de seus membros; direitos e deveres dos filiados; modo como se organiza e administra; fidelidade e disciplina partidárias; condições e forma de escolha de seus candidatos a cargos e funções eletivas; critérios de distribuição dos recursos do Fundo Partidário entre os órgãos que compõem o partido.

II. Na Casa Legislativa, o integrante da bancada de partido deve subordinar sua ação parlamentar aos princípios doutrinários e programáticos e às diretrizes estabelecidas pelos órgãos de direção partidários, na forma do estatuto.

III. O estatuto do partido poderá estabelecer, além das medidas disciplinares básicas de caráter partidário, normas sobre penalidades, inclusive com desligamento temporário da bancada, suspensão do direito de voto nas reuniões internas ou perda de todas as prerrogativas, cargos e funções que exerça em decorrência da representação e da proporção partidária, na respectiva Casa Legislativa, ao parlamentar que se opuser, pela atitude ou pelo voto, às diretrizes legitimamente estabelecidas pelos órgãos partidários.

IV. Perde automaticamente a função ou cargo que exerça, na respectiva Casa Legislativa, em virtude da proporção partidária, o parlamentar que deixar o partido sob cuja legenda tenha sido eleito.

- a) Todas as assertivas são verdadeiras.
- b) Somente as assertivas número I e II são verdadeiras.
- c) Somente as assertivas número III e IV são verdadeiras.
- d) Somente as assertivas número I, II e III são verdadeiras.

50. Sobre as condutas vedadas aos agentes públicos, servidores ou não, tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Ceder ou usar, em benefício de candidato, partido político ou coligação, bens móveis ou imóveis pertencentes à administração pública, inclusive para a realização de convenção partidária.
- b) Ceder servidor público ou empregado da administração direta ou indireta do Poder Executivo, ou usar de seus serviços, para comitês de campanha eleitoral de candidato, partido político ou coligação, durante o horário de expediente normal, salvo se o servidor ou empregado estiver licenciado.
- c) Nomear, contratar ou de qualquer forma admitir, demitir sem justa causa, suprimir ou readaptar vantagens ou por outros meios dificultar ou impedir o exercício funcional e, ainda, ex officio, remover, transferir ou exonerar servidor público, sem exceção, na circunscrição do pleito, nos três meses que o antecedem e até a posse dos eleitos, sob pena de nulidade de pleno direito.
- d) Fazer, em todas as circunscrições eleitorais, revisão geral da remuneração dos servidores públicos que exceda a recomposição da perda de seu poder aquisitivo ao longo do ano da eleição, a partir de três meses anteriores à eleição e até a posse dos eleitos.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

51. Qual das opções abaixo se deve seguir para desativar o bloqueador de pop-ups no Internet Explorer?

- a) Página / Bloqueador de pop-ups / Desativar bloqueador de pop-ups.
- b) Segurança / Bloqueador de pop-ups / Desativar bloqueador de pop-ups.
- c) Ferramentas / Opções da Internet / Privacidade / desmarcar Ativar bloqueador de pop-ups.
- d) Página / Propriedades / Desativar bloqueador de pop-ups.

52. Qual das opções não se consegue realizar através do Menu Iniciar?

- a) Iniciar Programas.
- b) Desligar o computador.
- c) Pesquisar arquivos, pastas e programas.
- d) Renomear pastas.

53. A Barra de tarefas do Windows possui quatro seções principais. Quais são elas?

- a) Botão Iniciar / Barra de Ferramentas Início Rápido / Seção Intermediária / Área de Notificação.
- b) Botão Iniciar / Desktop / Seção Intermediária / Área de Notificação.
- c) Botão Iniciar / Barra de Ferramentas Início Rápido / Ícones / Área de Notificação.

d) Botão Iniciar / Seção Intermediária / Barra de Ferramentas Início Rápido / Controle de Janelas.

54. São tipos de armazenamento de backup, exceto:

- a) Discos Rígidos (Interno e externo).
- b) Discos Removíveis.
- c) DVD's e CD's.
- d) Wireless.

55. Em um computador, as partes físicas, que você pode ver e tocar, são denominados coletivamente de?

- a) Software.
- b) Hardware.
- c) CPU (unidade de processamento central).
- d) Memória RAM.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia com muita atenção o texto jurídico abaixo para responder às questões abaixo:

Vistos.

1.- “B”, qualificada na inicial, interpôs estes **EMBARGOS à EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL** que lhe é movida por “A”, qualificada nos autos, visando a desconstituição do título exequendo.

A embargante alega, em resumo, que a embargada não está legalmente representada e não possui título hábil para a Execução, porque não comprovou a entrega e o recebimento da mercadoria nem a recusa do aceite; o título não é líquido porque não corresponde ao débito real; a duplicata foi efetivamente liquidada. Por fim, protestou por prova e requereu o levantamento da penhora com a condenação da embargada nos ônus do sucumbimento (fls. 3/5).

Recebidos os embargos (fl. 8), a embargada apresentou impugnação refutando o alegado e sustentando a liquidez, certeza e exigibilidade do título (fls. 11/13).

Intimada para a réplica (fls. 14 e 14vº), a embargante deixou fluir o prazo sem qualquer manifestação (fls. 15 e 15 vº)

É o relatório. Fundamentado e decidido.

2.- A embargante visa desconstituir o título no qual está fundada a Execução, sustentando além da irregularidade de representação da embargada a ausência da liquidez, certeza e exigibilidade do título. Estes Embargos comportam julgamento antecipado, conforme previsto do parágrafo único do artigo 740 do Código de Processo Civil.

2.1.- Rejeito a preliminar de irregularidade de representação formulada pela embargante contra a embargada. Com efeito, a embargada está regularmente constituída, porquanto comprovada a legitimidade do sócio que firmou a procuração “ad judícia” (fls. 5 e 6/15 dos Autos Principais).

2.2.- Estes Embargos não comportam acolhimento. Malgrado as alegações da embargante, a embargada comprovou a relação jurídica mantida entre as partes, consistente na prestação do serviço especificado na nota fiscal no XXXX, emitida em 16 de setembro de 2002, e o recebimento correspondente por parte da embargante no canhoto da referida nota fiscal, onde consta inclusive o carimbo da Empresa (fl. 16 do Autos Principais).

Demais, a embargada comprovou o protesto do título exequendo, levado a efeito no dia 11 de novembro de 2002 no Xo Tabelião de Protesto de Letras e Títulos da Capital (fl. 17).

Ao contrário do sustentado pela embargante, o título exequendo mostra-se formalmente em ordem. É líquido e certo, portanto é exigível pelo valor que representa.

De resto, observo que a embargante foi intimada para a réplica em ralação à impugnação de fls. 11/13, mas deixou fluir o prazo sem qualquer manifestação (fls. 14, 14vº, 15 e 15vº). Com o silêncio, a embargante admitiu como verdadeiras as afirmações constantes da impugnação apresentada pela embargada.

Impõe-se, pois, a rejeição destes Embargos, mantendo-se íntegro o valor exequendo e subsistente a penhora.

Ficam rejeitadas todas as alegações em sentido contrário, por conseguinte, não obstante o empenho profissional dos ilustres Patronos da embargante.

3.- Diante do exposto e à luz de tudo o mais que dos autos consta, **REJEITO** estes **EMBARGOS** que “B” opôs à **EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL** que lhe é movida por “A”, permanecendo íntegro o título exequendo pelo valor que representa e subsistente a penhora.

Arcará a embargante, por força do princípio do sucumbimento, com o pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, estes arbitrados na quantia correspondente a quinze por cento (15%/) do valor exequendo atualizado.

Para o caso de recurso, o recorrente deverá observar a Lei Estadual no 11.608/2003 e o Provimento no 833/2004.

P.R.I.C.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2004.

NOME DA JUÍZA

Juíza de Direito

Texto disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dl/semiotica/es/eSSe1/2005-eSSe1-W.R.MAGRI.pdf>

56. O texto acima pode ser considerado um texto jurídico por que:

- a) Dentre outros objetivos, trata de assuntos pertinentes aos direitos das pessoas.
- b) Não é claro e preciso, a linguagem é repleta de termos técnicos, típicos de uma peça processual.
- c) É incompreensível, pois traz uma mensagem obscura e ambígua, que prejudica o perfeito entendimento da intenção do autor.
- d) Não possui uma sequência lógica de raciocínio e sim esquemas pré-fixados.

57. Nas várias seções que compõem o texto jurídico, só não há trechos:

- a) Descritivos;
- b) Narrativos;
- c) Argumentativos;
- d) Subjetivos.

58. Da leitura atenta do início do texto, depreende-se que:

- a) “A” está tentando embargar a execução de título extrajudicial que “B” move contra ela.
- b) “B” está tentando embargar a execução de título extrajudicial que “A” move contra ela.
- c) “A” está devendo uma duplicata para “B”.
- d) “A” não reconhece a dívida de “B”.

59. A decisão da juíza foi:

- a) Favorável à embargante, “B”.
- b) Favorável à embargante, “A”.
- c) Desfavorável à embargante, “B”.
- d) Desfavorável à embargante, A.

60. Assinale a alternativa cujo trecho apresenta um argumento:

- a) A embargante alega, em resumo, que a embargada não está legalmente representada e não possui título hábil para a Execução, porque não comprovou a entrega e o recebimento da mercadoria nem a recusa do aceite; o título não é líquido porque não corresponde ao débito real; a duplicata foi efetivamente liquidada.
- b) Recebidos os embargos (fl. 8), a embargada apresentou impugnação refutando o alegado.
- c) Arcará a embargante, por força do princípio do sucumbimento, com o pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, estes arbitrados na quantia correspondente a quinze por cento (15%) do valor exequendo atualizado.
- d) Estes Embargos comportam julgamento antecipado, conforme previsto do parágrafo único do artigo 740 do Código de Processo Civil.

61. Em relação às seções do texto, só não está correto afirmar que:

- a) Em “2”, a juíza resume a alegação da embargante.
- b) Em “2.1”, a juíza apresenta sua decisão.
- c) Em “2.2”, a embargada apresenta seus argumentos contra a embargante.
- d) Em “3”, a juíza reafirma sua posição.

62. Assinale a alternativa em que o grupo de palavras obedece às regras de acentuação apresentadas.

- a) Interpôs, está e impõe: acentuam-se as oxítonas terminadas em: a(s), e(s), o(s), em(s).
- b) Título, líquido e relatório: acentuam-se todas as proparoxítonas.
- c) Audiência, hábil e ônus: acentuam-se as paroxítonas terminadas em: l, i (s), u(s), r, x, ã, ps, um(s), ditongo.
- d) Contrário, advocatício e civil: acentuam-se as paroxítonas terminadas em: l, i (s), u(s), r, x, ã, ps, um(s), ditongo.

63. As palavras homônimas apresentam semelhanças em suas grafias, porém, diferenças conceituais significativas. Com base nessa afirmação, assinale a alternativa cujo sentido dado às palavras parônimas está incorreto:

- a) Alizar: guarnição de madeira/ alisar: tornar liso.
- b) Vultoso - volumoso/ vultuoso - inchado
- c) Eminente - atribuir importância/ iminente - está para acontecer
- d) Intemerato - valente / intemorato - puro, íntegro

64. Assinale a alternativa que apresenta a conjugação correta do verbo “interpor” no presente do indicativo, utilizado logo no primeiro parágrafo do texto:

- a) Eu interponho; tu interpões; ele interpõe; nós interpomos; vós interpondes; eles interpõem.
- b) Eu interponho; tu interpões; ele interpoe; nós interpomos; vós interpondes; eles interpoem.
- c) Eu interponho; tu interpões; ele interpõe; nós interpomos; vós interpões; eles interpõem.
- d) Eu interponho; tu interponde; ele interpõe; nós interpomos; vós interpondes; eles interpõem.

65. Assinale a alternativa que não está em conformidade com o padrão:

- a) Abdômen: abdomens ou abdômenes.
- b) Hífen: hífens ou hifens.
- c) Deão: deões, deães ou deãos.
- d) Vulcão: vulcões ou vulcãos.

66. Releia o trecho: “1.- “B”, qualificada na inicial, interpôs estes EMBARGOS à EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL que lhe é movida por “A”, qualificada nos autos, visando a desconstituição do título exequendo”. O pronome nele destacado está corretamente classificado na alternativa:

- a) Pronome pessoal oblíquo tônico - pronome adjetivo.
- b) Pronome pessoal oblíquo átono - pronome substantivo.
- c) Pronome pessoal oblíquo tônico - pronome substantivo.
- d) Pronome pessoal oblíquo átono - pronome adjetivo.

67. Assinale a alternativa que apresenta a análise incorreta da oração em relação à voz verbal:

- a) A embargada comprovou a relação jurídica mantida entre as partes. -Voz ativa - sujeito agente.
- b) A relação jurídica mantida entre as partes foi comprovada pela embargada. - Voz passiva analítica - sujeito paciente - agente da passiva.
- c) A rejeição destes embargos é imposta - Voz ativa analítica - sujeito paciente.
- d) Impõe-se, pois, a rejeição destes Embargos - voz passiva sintética - sujeito paciente.

68. Assinale a alternativa que não apresenta caso facultativo de concordância verbal:

- a) “um e outro”.
- b) “sujeito ligado por *com*”.
- c) “sujeito representado por *cada um de + plural*”
- d) “sujeito representado por expressão quantitativa, como: *a maioria, a maior parte*”.

69. Assinale a alternativa abaixo que apresenta problema em relação ao uso do acento grave para indicar crase:

- a) Prefiro este àquele filme!
- b) Estudo à distância.
- c) Ele jamais foi a festas.
- d) Regressou a casa cansado.

70. Com relação à regência nominal, a norma padrão aceita a construção presente na alternativa:

- a) Entrei em casa e dela saí.
- b) Entrei e saí de casa.
- c) Entrei a casa e dela saí.
- d) Entrei e saí à casa.

RASCUNHO

